



Superior Tribunal de Justiça

PORTARIA N. 36, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno, e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário de 29 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Publica, na forma do anexo I, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2019, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Publica, na forma do anexo II, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 29 de março de 2017.

Art. 3º Publica, na forma do anexo III, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, em atendimento ao art. 55, inciso III, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														
	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	121.519.798,27	90.713.776,94	91.245.100,07	91.111.195,71	90.658.522,38	92.831.249,27	91.095.128,81	90.556.460,45	90.678.982,52	90.884.405,94	139.725.176,67	110.890.427,89	1.191.910.224,92	8.081.735,52	1.199.991.960,44
Pessoal Ativo	75.617.639,99	59.884.788,56	60.286.474,27	59.865.331,63	59.555.938,47	61.499.394,44	59.385.290,48	59.215.816,35	58.924.902,15	58.999.488,42	92.205.028,58	79.074.364,86	784.514.458,20	7.738.235,52	792.252.693,72
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	67.153.775,40	51.461.703,47	51.919.214,56	51.654.098,54	51.211.318,47	53.328.919,53	51.243.162,26	51.005.180,71	50.844.354,58	50.952.758,32	76.024.887,23	71.067.057,35	677.866.430,42	7.638.235,52	685.504.665,94
Obrigações Patronais	8.463.864,59	8.423.085,09	8.367.259,71	8.211.233,09	8.344.620,00	8.170.474,91	8.142.128,22	8.210.635,64	8.080.547,57	8.046.730,10	16.180.141,35	8.007.307,51	106.648.027,78	100.000,00	106.748.027,78
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	45.902.158,28	30.828.988,38	30.958.625,80	31.245.864,08	31.102.583,91	31.331.854,83	31.709.838,33	31.340.644,10	31.754.080,37	31.884.917,52	47.520.148,09	31.816.063,03	407.395.766,72	343.500,00	407.739.266,72
Aposentadorias, Reserva e Reformas	39.236.866,61	26.341.761,74	26.513.610,61	26.778.633,06	26.504.122,35	26.850.902,46	27.214.158,76	26.778.151,10	27.191.783,97	27.266.155,02	40.516.820,47	27.204.741,99	348.397.708,14	343.500,00	348.741.208,14
Pensões	6.665.291,67	4.487.226,64	4.445.015,19	4.467.231,02	4.598.461,56	4.480.952,37	4.495.679,57	4.562.493,00	4.562.296,40	4.618.762,50	7.003.327,62	4.611.321,04	58.998.058,58	0,00	58.998.058,58
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	46.003.973,64	30.892.249,34	31.004.360,07	31.343.069,28	31.140.701,49	31.360.805,36	31.810.219,63	30.523.427,82	178.637,27	74.985,75	183.617,44	71.086,27	264.587.133,36	1.300,00	264.588.433,36
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	24.748,75	18.150,79	20.704,60	17.827,46	17.214,57	17.254,38	17.235,38	17.139,02	69.158,50	68.989,49	141.901,47	69.676,62	500.001,03	1.300,00	501.301,03
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	77.066,61	45.110,17	25.029,67	79.377,74	20.903,01	11.696,15	83.145,92	11.238,04	86.251,14	5.996,26	41.715,97	1.409,65	488.940,33	0,00	488.940,33
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	45.902.158,28	30.828.988,38	30.958.625,80	31.245.864,08	31.102.583,91	31.331.854,83	31.709.838,33	30.495.050,76	23.227,63	0,00	0,00	0,00	263.598.192,00	0,00	263.598.192,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	75.515.824,63	59.821.527,60	60.240.740,00	59.768.126,43	59.517.820,89	61.470.443,91	59.284.909,18	60.033.032,63	90.500.345,25	90.809.420,19	139.541.559,23	110.819.341,62	927.323.091,56	8.080.435,52	935.403.527,08

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	905.658.589.594,29	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	935.403.527,08	0,103284%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.026.945.432,79	0,223809%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.925.598.161,15	0,212619%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.824.250.889,51	0,201428%

FONTE: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional, Secretaria de Orçamento e Finanças, 09/jan/2020, 13hs 09 min.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a.) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b.) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Lúcio Guimarães Marques
Diretor-Geral

Fabiana Bittes Veyl
Secretária de Orçamento e Finanças

Diocésio Sant'Anna da Silva
Secretário de Auditoria Interna

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-
PLENÁRIO. ITEM 9.4**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.199.991.960,44
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	264.588.433,36
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	935.403.527,08

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	905.658.589.594,29
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,103284%

			% DA RCL	VALOR	
LIMITE MÁXIMO VI	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,224450%	2.032.750.704,34
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Resol CNJ 5/2005	0,224276%	2.031.174.858,40
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resol CNJ 26/2006	0,224226%	2.030.722.029,10
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resol CNJ 177/2013	0,223809%	2.026.945.432,79
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Lúcio Guimarães Marques
Diretor-Geral

Fabiana Bittes Veyl
Secretária de Orçamento e Finanças

Diocésio Sant'Anna da Silva
Secretário de Auditoria Interna

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019**

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)		(h) = (f - g)	
0127000000 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.829.696,68	0,00	0,00	7.629,89	0,00	1.822.066,79	0,00	0,00	1.822.066,79
0175111010 - STJ-Ressarc Desp Porte Remessa/Retorno Autos	4.757.222,15	0,00	0,00	0,00	0,00	4.757.222,15	743.312,00	0,00	4.013.910,15
0375111010 - STJ-Ressarc Desp Porte Remessa/Retorno Autos	1.138.330,20	103.484,56	0,00	0,00	0,00	1.034.845,64	0,00	0,00	1.034.845,64
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	7.725.249,03	103.484,56	0,00	7.629,89	0,00	7.614.134,58	743.312,00	0,00	6.870.822,58
0100000000 - Recursos Ordinários	193.650.318,05	2.761.303,94	1.742.067,34	4.295.578,42	0,00	184.851.368,35	55.730.916,73	0,00	129.120.451,62
0150000000 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	247.334,93	0,00	0,00	0,00	0,00	247.334,93	0,00	0,00	247.334,93
0150111010 - Receita Arrecadadas Diretamente - STJ	5.096.995,65	0,00	0,00	0,00	0,00	5.096.995,65	0,00	0,00	5.096.995,65
0190000000 - Recursos Diversos	104.317,92	0,00	0,00	0,00	104.317,92	0,00	0,00	0,00	0,00
0350111010 - Receitas Arrecadadas Diretamente - STJ	740.800,90	0,00	0,00	0,00	0,00	740.800,90	0,00	0,00	740.800,90
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
						0,00			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	199.839.767,45	2.761.303,94	1.742.067,34	4.295.578,42	104.317,92	190.936.499,83	55.730.916,73	0,00	135.205.583,10
TOTAL (III) = (I + II)	207.565.016,48	2.864.788,50	1.742.067,34	4.303.208,31	104.317,92	198.550.634,41	56.474.228,73	0,00	142.076.405,68
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional, Secretaria de Orçamento e Finanças, 09/jan/2020, 13hs 09 min.

Nota: 'A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

1. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta", além dos saldos apurados nas contas do subgrupo 1.1.1.0.0.00.00 (Caixa e Equivalentes de Caixa), foi acrescido o saldo positivo das equações 8.2.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar Recursos a Receber Autorizado Inscrição) e 8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar Recursos a Liberar Autorizado Inscrição), que representa o valor líquido dos recursos a receber para pagamento de restos a pagar;
2. Foram acrescidos os valores de R\$ 19.153.594,98, na fonte 0100000000, de R\$ 892.768,51, na fonte 0127000000, e de R\$ 1.034.845,63, na fonte 0375111010, referente à disponibilidade de valores líquidos de recursos a receber para pagamento de restos a pagar; e
3. Recursos vinculados conforme CF 88, art. 98, paragrafo 2º; Lei nº 9.289, de 04 de julho de 1996 e Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.

Lúcio Guimarães Marques
Diretor-Geral

Fabiana Bittes Veyl
Secretária de Orçamento e Finanças

Diocésio Sant'Anna da Silva
Secretário de Auditoria Interna